

A Diocese Pombalina de Pinhel *

A diocese de Pinhel foi criada pelo Papa Clemente XIV em 1770, a pedido do rei D. José que, para esse efeito, mandou erigir em cidade a futura sede de bispado, por alvará de 25 de Agosto desse ano ¹.

Entre as razões apresentadas pelo Rei português ao Papa invocava-se a “disforme e prejudicial extensão dos bispados de Viseu e de Lamego, que compreendem a maior parte da vasta província da Beira Alta” ² cujos “grandes inconvenientes” eram «claros e manifestos», por um lado, e o facto de a «nova cidade de Pinhel» «conter seis igrejas paroquiais, e muitas casas nobres, para servir de cabeça de um novo bispado» ³. Ambos cederiam à nova diocese as zonas fronteiriças: Viseu os arciprestados de Pinhel, Trancoso e Castelo Mendo, num total de 92 paróquias, e Lamego as «visitas» de Entre Coa e Távora e de Riba Coa, num total de 133 paróquias. Pinhel

* Este artigo deveria ter integrado o volume da *Didaskalia* de homenagem ao Senhor Dom José da Cruz Policarpo, pela sua nomeação para Patriarca de Lisboa, o que não aconteceu apenas por atraso na sua conclusão.

¹ São os seguintes os termos do referido alvará: «E para que nela se possa mais dignamente estabelecer a Catedral da mesma nova diocese, hei por bem e me apraz que a dita Vila de Pinhel do dia da publicação deste em diante fique criada em Cidade: que por tal seja tida, havida e nomeada com a denominação de *Cidade de Pinhel*: E que como tal Cidade haja, e tenha todos os privilégios, e liberdades, de que devem gozar, e gozam as outras Cidades destes Reinos; concorrendo com elas em todos os actos públicos, e usando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distinções, e preeminências, de que usam os das outras Cidades, sem diferença alguma».

² «Carta Régia para Clemente XIV, impetrando a erecção do Bispado de Pinhel (4.3.1770), in P. ANTÓNIO BRÁSIO, «*Três dioceses pombalinas. Castelo Branco-Penafial-Pinhel*», in *Lusitania Sacra*, III (1958) 1.ª Série, 165-233, p. 209.

³ «Carta Instrutiva para Francisco de Almada de Mendonça a impetrar de Clemente XIV a erecção do Bispado de Pinhel (5.3.1770), in ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, p. 210.

ficaria com mais paróquias – nada menos que 225 paróquias, mas, justificava Pombal, «sitas, na maior parte, em terras de menor fecundidade e de maior pobreza», enquanto Lamego ficava ainda com 188, «sitas nas terras mais férteis e pingues da província», e Viseu com 198 «em outras terras também fecundas e abundantes».

Para além dos motivos públicos apresentados ao Papa, outros havia «particulares», expostos pelo Marquês de Pombal ao Embaixador em Roma Francisco de Almada de Mendonça.

Não pode dissociar-se a criação de novas dioceses no reino (tais como Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Pinhel e Penafiel) por um lado dos desígnios regalistas e «esclarecidos» de Pombal, apostado que estava na submissão do poder eclesiástico ao poder temporal, pela qual havia expulso os jesuítas, tinha entrado em conflito com o Núncio e com o mais alto episcopado, e criado em 1768 a Real Mesa Censória (depois da qual viria a exautorar o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação e a substituí-lo por D. Francisco de Lemos), e por outro lado da alteração de critérios de acesso ao episcopado, substituindo bispos pertencentes à alta nobreza por outros com maior formação académica.

Como justamente observa o Prof. D. Manuel Clemente (actual Bispo titular de Pinhel, e auxiliar do Patriarcado) as razões que levaram Pombal a criar estas novas dioceses não foram apenas de reordenamento territorial, mas tiveram que ver com a luta travada contra a grande nobreza e com a absolutização e ilustração de todo o poder, inclusive o eclesiástico. Aos bispos de alta extracção nobiliárquica preferirá o Marquês bispos universitários ou ilustrados⁴. Como ele próprio dirá, na instrução ao Embaixador em Roma, pretendia-se com as novas dioceses «não apenas reduzir as dioceses a territórios justos e competentes», mas não fazer «nomeações pelas árvores genealógicas dos nomeados mas sim pelas virtudes e pelas letras deles»⁵.

1. Primeiro Bispo e alterações dos limites da diocese

Criada pelo Decreto da Congregação Consistorial de 21 de Junho de 1770, cujo Breve foi expedido porém apenas a 10 de Julho do mesmo ano, quando as respectivas taxas deram entrada nos

⁴ MANUEL CLEMENTE, «Das prelaturas políticas às prelaturas pastorais: o caso de Pinhel», in *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 8/9 (1996-1997) 27-34.

⁵ P. ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, p. 167.

cofres do Vaticano, a diocese de Pinhel foi criada intencionalmente antes da apresentação das cartas de nomeação dos novos Bispos de Viseu e Lamego, para evitar resistências desses dois bispados a que se amputavam as paróquias que passavam a constituir a nova diocese.

Para executor da Bula de erecção da diocese foi nomeado, por indicação régia, António Bonifácio Coelho, professor de Cânones em Coimbra e deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, sendo para o efeito nomeado Arcebispo de Lacedemónia⁶, para quem foram pedidos ao Papa poderes para «eleger entre os templos da nova cidade de Pinhel aquele que for mais decoroso», escolha que recairá na Igreja do Salvador⁶, para «o ampliar e lhe unir por compra as casas que forem mais dignas de se estabelecer nellas o palácio episcopal, aplicando para isso dos rendimentos da nova massa episcopal e capitular as porções que se fizeram precisas»⁸, para estabelecer o número de dignidades, Conegos, meios Cónegos e capelães que as rendas da catedral permitissem⁹.

Não foi fácil, porém, a ocupação da nova diocese de Pinhel. O primeiro Bispo não chegou a tomar posse do lugar. D. Frei João Rafael de Mendonça, filho do Conde de Vale dos Reis e neto materno do Marquês de Angeja, que fora frade jerónimo em Belém, doutor em teologia em Coimbra, e aí abade do Colégio dos Jerónimos e mais tarde do Mosteiro de S. Marcos e do Mosteiro de Belém, e geral da ordem, foi nomeado Bispo de Pinhel a 7 de Agosto de 1770. Mas só seria confirmado pelo Papa como Bispo de Pinhel a 17 de Junho do ano seguinte¹⁰, já depois de ter sido transferido

⁶ «Carta instrutiva...», *ibidem*, pp. 211-212

⁷ Situada onde hoje é o cemitério, e que seria destruída mais tarde, passando a Sé para a Igreja de S. Luís ou «Igreja das freiras», das religiosas clarissas, onde seria já enterrado, em 1780, o primeiro Bispo de Pinhel D. Cristóvão de Almeida Soares. (Cf. ILÍDIO DA SILVA MARTA, *Pinhel-Falcão. Notas & Factos*, Celorico da Beira, Tipografia Mondego, 1943, que diz que a transferência da Sé se operou apenas depois de destruição ordenada por D. Bernardo Bernardino Beltrão, isto é, depois de 1797, data da sua entrada na diocese, o que parece ser contrariado pela escolha da sepultura para o primeiro Bispo, relatada por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1924, L. IV, P. IV, p. 263, nota (1).

⁸ FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, p. 264.

⁹ O que nunca viria a ocorrer (cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, Livro IV, Parte I, p. 23).

¹⁰ Cf. Cédula consistorial de 17.6.1771, in ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, p. 224.

para a vacante sé do Porto no dia 27 de Maio de 1771 ¹¹. Não chegou por isso a tomar posse da diocese.

O ocorrido gerou alguma confusão e vazio, que não se afigurava de rápida resolução possível. O Núncio comunicava ao Secretario de Estado, em carta de 23 de Junho de 1771, que via o assunto «fisicamente imaturo», não sabendo imaginar para ele uma «próxima resolução».

Não admira pois que a 2 de Julho de 1771 fosse ainda o recentemente empossado (em 1770) Bispo de Viseu, D. Francisco Mendo Trigoso, a dirigir-se aos diocesanos de Pinhel, nos arceprestados anteriormente de si dependentes, para designar e nomear como altares privilegiados os altares maiores de todas as Igrejas paroquiais ¹².

Mas o projecto inicial teve que ser alterado por resistências encontradas a respeito da região entre o Coa e o Távora, que foram apresentadas ao Rei que, concordando com as suas razões, deu instruções ao Arcebispo de Lacedemónia, executor da Bulla papal para a não anexar à nova diocese ¹³. Para além dos arceprestados cedidos pela diocese de Viseu, apenas Riba-Coa abandonaria a diocese de Lamego para se integrar na nova diocese.

Trata-se pois de uma diocese compósita, que aliás conservaria essa marca das origens: os arceprestados oriundos de Viseu continuariam a reger-se pelas Constituições Sinodais daquela diocese, enquanto Riba-Coa mantinha as que vigoravam ao tempo da pertença à Sé lamacense.

O primeiro Bispo efectivo da nova diocese de Pinhel (nova na erecção, e nova nos limites rectificadas) será D. Cristóvão de Almeida Soares de Brito, da Casa de Alentém, no Minho, que era ao tempo lente de Cânones na Universidade de Coimbra, para quem o Rei solicita do Papa o provimento em Carta de Apresentação de 29 de Abril de 1772 ¹⁴, e que o Papa confirma a 8 de Março de 1773 ¹⁵,

¹¹ O Núncio esclarece em carta de 16 de Julho de 1771 ao Secretário de Estado, que a transferência do nomeado Bispo de Pinhel para o Porto ocorreu numa altura que já não era possível suspender a primeira nomeação para Pinhel (in ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, pp. 229-230).

¹² Cf. Livro Manuscrito de *Pastoraes de 1764 athe 1774 e de 1814 a 1816* da freguesia de Freixedas, p. 42v e seguintes.

¹³ Carta regia a D. António Bonifácio Coelho de 18.9.1773, in ILÍDIO DA SILVA MARTA, *op. cit.*, pp. 17-18, nota (2). Cf. também CARDEAL SARAIVA, *Obras do...*, t. I, p. 46.

¹⁴ «Carta de Apresentação de D. Cristóvão de Brito» (29.4.1772) in ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, p. 225.

¹⁵ *Ibidem*, p. 226.

mas que só a 11 de Setembro de 1773 recebe o breve de confirmação na diocese por carta do Marquês de Pombal – uma semana antes da carta régia ao Arcebispo de Lacedemónia, sobre a execução da Bula de erecção do bispado de Pinhel, onde o Rei lhe comunica o seu beneplácito a que continue «unido ao dito bispado de Lamego o sobredito distrito de Entre Coa e Távora», cuja separação antes decidida se revelara de «grandes inconvenientes»¹⁶. Por tudo isto, só anos depois dá entrada na diocese.

Com efeito, a primeira pastoral do «primeiro Bispo de Pinhel» (assim nela é apresentado), expedida aos diocesanos a 28 de Fevereiro de 1774, é dada ainda em Lisboa «nas casas da nossa residência». Nela determina o novo prelado que «enquanto porém com grande violência do nosso desejo nos detemos ausentes e não podemos preparar-vos as instruções que vos seja de maior utilidade e mandamos ao nosso Provizor a quem temos cometido as nossas vezes no Governo e direcção de nossos amados súbditos que os haja de dirigir e governar pelas Constituições do Bispado de Viseu nos três Arciprestados dela desmembrados e pelas pastorais dos seus doutíssimos prelados que estejam em observância. E na comarca de Riba Coa pelas do Bispado de Lamego dele desmembrado excepto naqueles capítulos em que por acaso sejam contrárias umas e outras às sabidas Leis posteriores do nosso amabilíssimo Monarca Senhor por que nos ditos capítulos os cassamos e havemos por bem abolir. Em tudo o mais queremos e mandamos que se observem e guardem como se fossem por nós estabelecidos enquanto não mandamos o contrário».

E no final desse ano de 1774, a morte do Papa Clemente XIV era ainda anunciada aos diocesanos, com a recomendação de se rezar nas missas a oração «pro elegendo pontifice», e orações de acção de graças logo que outro Papa tivesse sido eleito, pelo Administrador Sinodal do Bispado de Viseu e de Pinhel, D. Caetano José Peixoto, na qualidade de «Provizor e Governador com toda a jurisdição» delegada pelo Bispo. E é ainda esse mesmo Provizor e Governador do Bispado, em nome do Bispo, que ordena preces pelo pontífice falecido, a 6 de fevereiro de 1775, e que dá instruções aos párocos para que não casem militares sem licença dos seus superiores militares, de acordo com instruções recebidas do Coronel Brigadeiro e do Major da vizinha Praça de Almeida, em 27 de Julho

¹⁶ Carta também transcrita por ANTÓNIO BRÁSIO, *op. cit.*, pp. 232-233.

de 1775. O que significa que o Bispo não dera ainda entrada na diocese nessa data, o que faria só a partir desse ano, tomando como fidedigna a informação de Pinho Leal que, confundindo por certo a data da entrada com a da nomeação, nos diz ter sido ele Bispo desde esse ano até à morte em 1782 ¹⁷.

Não restam dúvidas que em 30 de Novembro de 1778, D. Cristóvão de Almeida Soares, procede a uma primeira visita à Paróquia das Freixedas, assinando com o seu selo no Livro das Visitações as instruções deixadas ao respectivo Pároco.

D. Cristóvão de Almeida Soares vem a falecer em 1782, e é sepultado em Pinhel na Igreja de S. Luís, ou «Igreja das Freiras», junto ao altar-mor, do lado do Evangelho ¹⁸.

2. Segundo Bispo e construção do Paço Episcopal

Para substituir D. Cristóvão de Almeida Soares, foi nomeado D. José António Pinto de Mendonça Arrais, natural de Seia, onde nasceu a 26 de Maio de 1746, e formado em Cânones na Universidade de Coimbra em 1765. Tomara o hábito de Cristo em 1768, fora juiz de fora em Penafiel em 1770, e fora nomeado provedor da comarca da Guarda em 1774. Recebera a carta de conselho em 1779, e dois anos depois (1781), era nomeado cônego da sé patriarcal de Lisboa.

«Apresentado na catedral de Pinhel em 18 de Julho de 1782, foi confirmado em 16 de Dezembro do mesmo ano. Recebeu a sagração em Lisboa, na Igreja dos Remédios, a 16 de Fevereiro de 1783. Entrou em Pinhel a 13 de Julho do mesmo ano» ¹⁹. As cartas de visitação de 1789, porém, são assinadas pelo «Examinador Sinodal, Juiz dos Resíduos e Vigário Geral» e «Visitador das igrejas e freguezias desta cidade e seu Arciprestado» D. Jacinto José Pires da Silva. Só em 9 de Maio de 1793 aparece o próprio D. José António Pinto de Mendonça Arrais a assinar a carta de visita, quando dias depois surge de novo o seu Vigário Geral a fazê-lo ²⁰.

¹⁷ PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Matos Moreira & C.^a, 1876, vol. 7, pp. 64 e ss.

¹⁸ FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Livro IV, Parte IV, p. 263.

¹⁹ FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, Livro IV, Parte IV, p. 264.

²⁰ *Man. cit.*

O mesmo Bispo Arrais renova as disposições do seu antecessor aos párocos, em 26 de Agosto de 1794, determinando «que não assistissem aos matrimónios nem recebessem sacramentalmente algum dos seus respectivos freguezes sem especial licença in scriptis do Rev. Dr. Provisor Juiz dos Casamentos»²¹.

Mas em 29 de Novembro de 1796, é o Examinador Sinodal D. Joaquim Xavier de Torres que, na ausência do Bispo, ordena aos párocos que satisfaçam os pedidos de informação dos corregedores das comarcas do bispado sobre os livros dos assentos, e forneçam uma «relação de todos os indivíduos habitantes desta comarca da idade de 16 até 40 anos com distinção dos seus nomes, ofícios, idades, naturalidades, domicílio e qualidades, estados na forma de morada»²².

E a 24 de Novembro desse ano de 1796, é a vez do Examinador Sinodal e Vigário Geral D. José Diogo Martins enviar aos padres da cidade e do Arciprestado, a pastoral do Bispo D. José António Pinto de Mendonça Arrais, onde se referem «as calamidades geralmente experimentadas em todos os países que tem sido teatro da presente guerra», e se recomenda se dêem graças a Deus «por nos ter livrado e a estes reinos de uma invasão de nossos inimigos e das angústias e aflições em que têm gemido tantos e tantos povos oprimidos pelos exércitos franceses» e se aplaque «a sua divina justiça pelo meio da penitência de uma grande reforma do nosso modo de vida e pela escrupulosa prática de todas as virtudes», porque se trata de uma guerra «que primeiro e mais que tudo ataca a religião e o trono». E de acordo com a recomendação régia, de 19 de Setembro desse ano, que se transcreve, estabelece «demos somente a décima parte das nossas rendas para se empregarem na defesa da sua real coroa e da religião de nossos pais». E para esse efeito determina se proceda à declaração dos rendimentos com sinceridade e verdade²³.

Foi D. José António Arrais quem mandou construir o paço episcopal. Segundo Fortunato de Almeida, «tencionava mandar construir um edifício igual para seminário, e no meio dos dois a sé catedral; porém a câmara transtornou-lhe o plano, recusando-se a conceder um tracto de terreno público indispensável às obras. Desgostoso, o Bispo desistiu da empresa; pediu e alcançou a sua

²¹ *Ibidem*, p. 74v e ss.

²² *Man. cit.*, pp. 76v e 77.

²³ *Ibidem*, p. 77 e ss.

transferência para a Guarda em 1797»²⁴. Tomaria posse dessa diocese a 25 de Fevereiro de 1798

Aí o irá encontrar a invasão francesa de 1810, onde será imortalizado por Bradford na famosa gravura colorida do seu *Sketches of the country, character and costume, in Portugal and Spain, made during the campaign and the route of the British Army, in 1808 and 1809*²⁵. Incitou os habitantes de toda a sua diocese à resistência, tendo formado um corpo de cônegos e outros eclesiásticos armados que, sob o comando do Tesoureiro-mor Simão de Oliveira da Costa Melo, tomaram a seu cargo a guarda da cidade, sede da diocese. Sobreveio no entanto a vergonhosa retirada de 14 de Abril de 1810 do corpo de tropas portuguesas que estavam no alto da cidade, à aproximação dum inimigo menos poderoso, e o Bispo, desgostoso com isto, saiu da Guarda»²⁶, tendo-se retirado para a casa de família em Nespereira (Gouveia), enquanto faziam reparações no Paço dos senhores de Melo (Seia), sua terra natal, para onde foi residir em 1814 até à morte, a 19 de Abril de 1822, e onde está sepultado em campa rasa na Igreja Matriz.

3. O terceiro Bispo: as invasões francesas e a revolução liberal

Em 29 de Março de 1797, é designado novo Bispo de Pinhel D. Bernardo Bernardino Beltrão Freire, «da casa dos Beltrões Almeidas Osórios, do Carapito e de Santiago de Caçorrães, parente do célebre ministro José de Seabra da Silva, foi freire de S. Bento de Aviz»²⁷, o mais longo de todos os bispos de Pinhel, que atravessará nessas funções o conturbado período das invasões francesas e da revolução liberal.

Dois anos volvidos sobre a sua nomeação, a 15 de Fevereiro de 1799, avisa os párocos do bispado, através do seu Examinador Sinodal e Provizor e Governador do Bispado D. Joaquim Xavier de Torres, da grande necessidade, que lhe havia transmitido o Marechal de Campo e Governador de Armas da Província da Beira, de bois para conduzirem pedra para a Praça de Almeida, ordenando-lhes

²⁴ FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, p. 264.

²⁵ London, John Booth, 1809.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p. 264 e ss.

que mandem os seus carros «todas as vezes que para isso forem avisados pelos respectivos ministros»²⁸.

E a 13 de Abril desse mesmo ano de 1799, recomenda, numa pastoral aos eclesiásticos e seculares, obediência ao Rei e às autoridades: «Em tempos tão calamitosos e funestos em que o espírito de novidade se tem revoltado contra as autoridades legítimas e em que a ímpia filosofia do século se atreve a levantar a voz para combater os sacrosantos direitos do Trono, não podemos deixar em silêncio as obrigações de reverência, de acatamento e de subordinação da vida ao sagrado dos Príncipes que Deus estabeleceu sobre a terra para bem dos mesmos homens. Nós os devemos respeitar pela sua origem, e pelo seu mesmo fim: pela sua origem porque vem de Deus que sentenciou os homens sociais pela voz da natureza e da razão e a consagrou depois no Código divino de suas leis positivas; pelo seu fim porque todo este se dirige a manter entre todos os homens a sociedade, a união, a paz, a tranquilidade, a abundância e a felicidade pública. Devemos pois amar, honrar e respeitar aqueles em cujas mãos Augustas depositou Deus este poder divino para nosso próprio bem»²⁹.

Através do seu Vigário Geral e provisor da diocese, D. José Diogo Martins, comunica em Outubro de 1802 aos seus diocesanos a notícia da morte de Pio VI, por cuja alma manda rezar; a 26 de Janeiro do ano seguinte, dá instruções aos párocos sobre o modo como devem proceder nos assentos de baptismo e de óbitos; e a 23 de Maio de 1803 manda os párocos organizarem a relação dos povos de cada freguesia, por nascimento, sexo, estado civil, número de expostos, de falecimentos, número de fogos e de mosteiros; e a 21 de Junho instrói os párocos acerca do modo como devem passar as certidões de missa; e a 19 de Abril de 1804 dá licença aos párocos para fazerem matrimónios sem licença, excepto em certos casos que aponta; pouco depois autoriza o uso do unto e manteiga nos dias de jejum e abstinência.

Em 1807, dando cumprimento a instruções régias, manda arrecadar as pratas das Igrejas paroquiais, excepto os vasos sagrados próprios do Santo sacrifício da missa, em Santa Cruz de Coimbra, Tomar ou Palmela, durante «as actuais circunstâncias», escolhendo o mais cómodo, ordenando que para esse efeito que se entendam

²⁸ *Man. cit.*, p. 82.

²⁹ *Ibidem*, p. 83 e ss.

com os Generais da Província para que no transporte não houvesse descaminho; e a 8 de Dezembro comunica as ordens emanadas da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra para ser dada «benigna hospitalidade às tropas francesas ou espanholas que tenham entrado ou houverem de entrar no Reino de Portugal», bem como os avisos do General Junot de que queimará as vilas e lugares em caso contrário; e a 5 de Março de 1808, divulga as instruções recebidas do Principal Castro que, por ordem do Imperador dos Franceses, manda rezar na colecta da missa pelo «gallorum Imperatorem Italiaeque Regem Napoleonem et Principes cum Prole regia Populisque sibi comissei, et Exercitibus suis terra marique»; e de acordo com as instruções igualmente recebidas manda proibir se façam as procissões tradicionais da quaresma nesse ano de 1808, para evitar «os grandes ajuntamentos e concurso do povo em um lugar»³⁰.

A 11 de Maio de 1808 procede à expedição das ordens recebidas do Governo de Portugal para se operar para a necessária conservação do exército português e se «evitar a escandalosa e torpíssima deserção que nestes tempos se tem observado no mesmo exército com geral escândalo de todo o bom cidadão», avisando que se dá aos desertores algum espaço de tempo para se apresentarem até ao dia 1 de Junho, e publica o decreto onde se indicam os depósitos de recepção de soldados, com o aviso de que serão julgados em conselho de guerra».

A declaração da deputação portuguesa que foi a Baiona encontrar-se com o Imperador é transcrita no livro de visitas com a indicação dada pelo corregedor da Comarca de Pinhel para ser lida na missa de domingo.

Porém, a 12 de Agosto de 1808, já se congratula em nova pastoral com a libertação «do mais duro cativo» em que «jazíamos no espaço de oito meses», «privados do soberano que legitimamente nos regia», em que experimentámos «os tristes efeitos da liberdade individual aniquilada e da propriedade despresada, da Religião Santa perseguida», «em que nos privaram do legítimo e livre exercício da nossa religião santa, do uso da liberdade nacional e individual, e da obediência ao nosso natural e legítimo soberano». Convida por isso a agradecer à Providência a restituição ao «nosso antigo esplendor civil, à felicidade religiosa», a recorrer às armas «próprias da milícia

³⁰ *Ibidem*.

cristã, que são a penitência e a oração», e exorta a que se implore «os auxílios do céu a favor dos exércitos portugueses», recomendando aos párocos a oração pública e particular.

E no dia seguinte, transmite em nova carta pastoral uma ordem da Junta Provisional do Governo supremo, pedindo ofertas voluntárias, de acordo com as temporalidades para «as inevitáveis despesas do exército que se vai organizar para a defesa, manutenção e segurança da nossa propriedade e direitos, e em que se encarregam os juizes de freguesia nas aldeias, debaixo da direcção dos respectivos párocos» para proceder à «inspecção sobre o actual estado das confrarias e irmandades». Convida o Bispo os párocos a actuarem não só «com a persuasão», mas também com o próprio exemplo, auxiliando a causa pública com os socorros das oblações voluntárias, segundo a força das suas temporalidades e origem benéfica e patrimonial», para extinguir o inimigo «ainda permanente em o centro do nosso bispado».

A 18 de Agosto de 1808, manda rezar *Te Deum* de acção de graças pelas 4 da tarde pela libertação da Nação da «dura escravidão de oito meses forjada nos sanguinários planos do malvado homem o qual pelo constante abuso da nossa sinceridade e depois de nos privar da posse e do gozo do nosso legítimo e amado Príncipe e das nossas liberdades e propriedades e de reduzir a nossa Santa Religião ao último abatimento possível fazendo-lhe uma guerra mais terrível».

A 23 de Dezembro desse ano faz circular uma proclamação dos governadores da Nação, exaltando á defesa da independência nacional. E a 16 de Março de 1809, dava instruções aos padres, da sua casa do Carapito, para pegarem em armas. Considerando que é «dever de todo o cidadão apresentar-se pronta e denodadamente com os seus officios morais e físicos para defender e sustentar quanto lhe seja possível os objectos da sua felicidade espiritual e temporal, cada um dos nossos concidadãos tem direito à prestação destes nossos officios assim como nós temos aos que eles podem prestar em benefício da causa pública, e não há instituto ou privilégio, por mais exuberante que seja, que nos possa eximir destas mútuas obrigações que foram a base da segurança pública e da liberdade externa da nossa religião. Nem tão pouco são em tal como incompatíveis as obrigações do sacerdócio com as da defesa da Pátria oprimida e muito bem se podem cumprir umas e outras segundo as circunstâncias occorrentes prefixando sempre aquella que pede mais pronto remédio. Será por certo um objecto digno de

atenção divina aquele ministro da Igreja que depois de oferecer sobre os altares os sacrifícios e votos que inclinam a misericórdia do Senhor a nosso favor se vai arranjar ao lado dos seus concidadãos para em força unida defenderem a causa da mesma religião da Pátria e do mesmo legítimo soberano. É portanto nestes termos e nestas circunstâncias que nós, por atenção à necessidade pública, determinamos e mandamos a todo o clero do nosso bispado que ele seja prontamente armado segundo lhe for possível com espingarda ou lança e aceda nesta firma ao chamamento geral da nação concorrendo às estações públicas determinadas pelas autoridades provinciais»³¹.

Terminadas as invasões francesas, surge como examinador sinodal e provisor do bispado o P. Manuel Farinha Beirão, funções que desempenharia por mais de vinte anos, das quais viria a ser destituído com a implantação do liberalismo, por portaria do governo de 6 de Julho de 1822, e substituído por outro mais dedicado «ao serviço da Igreja e da Constituição», mas que viria a ser restituído às mesmas funções por provisão do Bispo de 4 de Setembro de 1823. Chegaria a desempenhar as funções de Vigário Pró-capitular até à nomeação de D. Leonardo de Sousa Brandão, em 1832³².

Em 24 de Janeiro de 1817, procedeu o Bispo a uma nova divisão de arceprestados, em nome do «bom governo» e «mais fácil administração». O de Trancoso foi subdividido em três: Trancoso, Moreira e Alverca. O primeiro integraria as freguesias de Santa Maria de Guimarães, S. Tiago, Nossa Senhora da Fresta, S. Pedro, S. João intra muros, S. João extra muros, Rio de Mel, Venda do Cepo, Aldeia Nova, Aldeia Velha, Fiães, Freches, Carnicães, Torres, Frechão, Courelas, Tamanhos, Val de Mouro, Falachos, Souto Maior. O Arciprestado de Moreira abrangeria as igrejas de Santa Maria, Santa Marinha, Castanheira, Terrrenho, Torres, Moreirinhas, Valdujo, Cotimos, Cogula, Freixial, Vila Gracia, Val do Seixo. O Arciprestado de Alverca compreenderia as igrejas de Alverca, Avelãs, Bouça Cova, Vila Franca das Naves, Vilares, Maçal da Ribeira, Cerejo, Feital, Ervas Tenras, Póvoa do Concelho, Granja, Momentinha, Gouveias, Penhaforte, Freixedas. A freguesia de Póvoa del Rei, passou do Arciprestado de Trancoso para o de Avo.

É o examinador Farinha Beirão quem comunica a todo o arceprestado, em Fevereiro de 1817, o aviso do casamento de D. Pedro

³¹ *Ibidem*, p. 141 e v.

³² In ILÍDIO DE SOUSA MARTA, *op. cit.*, p. 29.

de Alcântara com a Arquiduquesa de Áustria Carolina Josefa Leopoldina, emanado da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. E quem no ano seguinte, também em nome da mesma Secretaria de Estado, solicita cautela com os desacatos e roubos nas igrejas. Mas em Maio de 1818 é D. Bernardo Beltrão quem envia uma carta pastoral sobre a arrecadação dos dízimos.

A revolução liberal parece não ter provocado ecos imediatos na diocese de Pinhel, nem reacções claras do prelado. A 15 de Outubro de 1820, é distribuída uma Carta pastoral de D. Bernardo Beltrão enaltecendo o bom acolhimento aos missionários apostólicos, exortando os párocos a continuar o seu trabalho. E a 8 de Março do ano seguinte dispensa da proibição de comer carne, ovos e lacticínios na quaresma e outros dias do ano, excepto alguns dias, sem referências aos acontecimentos.

O que se distribui a 17 de Outubro de 1820, é um aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que manda rezar em todas as paróquias um *Te Deum* pela feliz união dos dois governos e preces públicas para que Deus os ilumine para a causa em que a Nação está empenhada. E dez dias depois, novo ofício do Coronel encarregado do cadastro do Reino, pedindo aos párocos o preenchimento dos mapas com as pessoas baptizadas, mortas e casadas, desde 1815 até 1819 inclusive.

Só a 29 de Março de 1821, D. Bernardo Beltrão se pronuncia sobre os acontecimentos em curso no reino, congratulando-se com o regresso de D. João VI, numa importante pastoral: «Em nenhuma outra ocasião deverá ser mais importante, e mesmo necessária a nossa pastoral direcção do que na presente, quando uma nova ordem de Administração pública no estado, e na Monarquia apresentando-se repentinamente, e como por encanto, aos nossos olhos, poderá talvez pela novidade afectar com indiscretas desconfianças a alguns dos nossos amados súbditos, os menos providentes, com demasiado apego ao antigo sistema administrativo».

Justifica a instalação de um governo provisório do reino no Porto, e logo depois refundido num outro na capital do reino, até à reunião de Cortes Gerais, pelas «calamidades de uma devastadora guerra», «a desorganização geral dos diferentes ramos» da administração», pela «prolongada mas talvez necessária ausência de Nosso Amado Monarca nos últimos confins do Reino Unido, e donde não lhe era fácil conhecer as nossas precisões, nem prestar-lhe os prontos socorros», e pela necessidade de alteração de todos os institutos humanos, como a monarquia.

Congratula-se que tais mudanças estejam a ocorrer em «aquieitação quer geral quer particular, sem conflitos, sem tumultos e sem risco das vidas e segurança de algum cidadão», porque reconhece que tais alterações são «quase sempre precedidas ou acompanhadas dos tumultos, das perturbações intestinas e de tudo o mais que pode gerar a violência das paixões humanas e a diversidade dos princípios de cada um dos homens, degenerando quase sempre em guerras civis, maior de todos os flagelos com que a mão divina nos pode castigar».

Recomenda por isso a conservação da ordem pública, a segurança das propriedades e das liberdades, segunda as leis constitucionais do estado, a obediência às autoridades constitucionais do estado, «qualquer que seja a sua graduação», porque como ensina S. Paulo aos Romanos «não há poder algum sobre a terra que não venha do mesmo Deus, e que as autoridades públicas dos impérios são os depositários do divino poder», que desobedecer-lhes é desobedecer a Deus.

E invoca os santos padres, e muitos eclesiásticos, bem como S. João Crisóstomo, Santo Agostinho, Tertuliano, e outros muitos mais próximos dos nossos dias. Recorda que a religião católica é a religião do estado, como o reconheceu o «Congresso Nacional em Cortes». E por isso exorta à fidelidade e obediência ao Rei, ao Governo da regência do Reino, ao Congresso das Cortes Gerais da nação em actual exercício, e à caridade entre todos. Precavê contra os que «à sombra da liberdade mal entendida podem proferir todas as maldades e corromper os corações inocentes e consciências puras». Recomenda aos diocesanos que não prestem atenção a estas «serpentes enganadoras», mas mantenham vigilância e cautela contra eles, considerando-os uma peste.

Apesar disso, «em portaria de 6 de julho de 1822 – segundo refere Fortunato de Almeida³³ – determinou o governo ao Bispo de Pinhel: que removesse dos cargos de provisor e vigário geral os dois eclesiásticos que os estavam desempenhando, e os substituísse por outros dedicados ao serviço da Igreja e ao sistema constitucional vigente; e que o mesmo prelado partisse imediatamente para a corte, onde receberia as ordens de Sua Majestade. Triunfava e dominava então o jacobinismo de 1820».

³³ *Op. cit.*, Livro IV, pp. 264-265.

Foi assim que, a 16 de Julho de 1822, D. Bernardo Beltrão nomeou o pároco de Algodres (P. Manuel Joaquim de Lima Oliveira e Couto) governador eclesiástico do Bispado «enquanto dure a nossa ausência provisória na capital do Reino».

E removia «por legítimos motivos que ocorreram» das funções de provisor e vigário geral o P. Manuel Farinha Beirão, não deixando de recomendar aos diocesanos a «união política» e a «obediência às autoridades do Estado», que se conservem «sempre aderentes e francamente unidos com o sistema constitucional do actual governo da nossa Monarquia, e com o Augusto Congresso Nacional, de cujas sábias deliberações (...) devemos esperar os mais felizes resultados em benefício geral da Nação e como felizmente o atestam já aqueles de que estamos gozando»³⁴.

A 17 de Julho é já o Governador do Bispado, P. Manuel Joaquim de Lima e Oliveira que se dirige aos párocos explicando as funções que desempenha durante «a ausência e impedimento» do Bispo, solicitando-lhes que adiram «com todas as suas forças ao incomparável sistema constitucional, único capaz de fazer a felicidade da heróica Nação portuguesa a que temos a glória de pertencer», e que instruem os seus fregueses na «ilimitada confiança no Augusto Congresso Nacional e suas incomparáveis deliberações»³⁵.

Segundo Fortunato de Almeida, D. Bernardo Beltrão esteve desterrado no Buçaco por ordem das Cortes, «desde 5 de Abril até 22 de Junho de 1823», alegando que tal desterro se devia, como vingança, ao facto de ter visitado o Cardeal Patriarca D. Carlos, quando ele passou por Pinhel a caminho do desterro. Mas acrescenta que não seria alheio a esse facto o «conflito que tivera com a Câmara de Pinhel», por causa do não cumprimento desta de certos deveres religiosos: «não fazia as procissões, a que era obrigada por lei, nas festividades do Patrocínio de Nossa Senhora e do Anjo Custódio; omitia uma festividade tradicional em honra da Imaculada Conceição, e bem assim uma procissão clamorosa, que em tempos mais antigos se fazia à ermida chamada de mangide, e depois, a requerimento da câmara, fora transferida para a igreja do convento de Santo António, em dia da Senhora dos Prazeres; e ultimamente deixara a câmara até de comparecer na solenidade da publicação da bula, não obstante ser obrigada por lei a comparecer. Finalmente

³⁴ *Man. cit.*, p. 81.

³⁵ *Man. cit.*, p. 86.

a Câmara levava a sua ausência de escrúpulos até ao ponto de reduzir a usos profanos a capela da Senhora da Consolação, que era da cidade».

A tais acusações do Bispo ripostara a Câmara alegando que «o Bispo e os seus ministros deixaram de fazer as respectivas festividades, a que eram obrigados; e até havia muitos anos que, com reparo geral, não celebravam a festa da Ressurreição. Pelo contrário, a câmara promovera sempre, quanto da sua competência, que se fizesse a festividade do Corpo de Deus, à qual inalteravelmente assistia; e até, por obséquio, assistia sempre à bênção dos Santos Óleos». E quanto à profanação da Capela da Senhora da Consolação, a Câmara acusava o Bispo de incluir, «por arbítrio seu», «num prédio rústico vizinho o terreno da capela de Nossa Senhora do Sepulcro»; e que «não se fizera o mesmo à capela de S. João, porque o pároco opusera resistência; o mesmo bispo mandara demolir a insigne e antiquíssima igreja do Salvador, designada para catedral na criação do bispado; destinara os materiais a usos profanos e reduzira o terreno a cemitério; e finalmente reduzira o antigo paço episcopal a simples prédio rústico»³⁶.

Mas a 18 de Março de 1923 já D. Bernardo Beltrão dava novas instruções em nova pastoral, prevenindo os diocesanos contra a guerra civil:

«Por certo nenhuma ocasião se tem apresentado de tão feio character, e da qual se possam recear funestíssimas consequências com a perturbação do socego temporal dos Povos, e com o risco de sua eterna infelicidade, como aquela que estamos presenciando e experimentando já os seus funestíssimos efeitos, quando desgraçadamente uma parte da Nação e Família portuguesa, separando-se do centro comum da união política do Estado, e rompendo os vínculos constitucionais e legítimos que nos ligam uns para com os outros, e de cuja existência é inteiramente dependente a felicidade geral da sociedade civil e da individual de cada um dos cidadãos, ela vai correndo ao mais desastroso princípio, e acarretando após de si aos homens inconsiderados envolvendo-os desgraçadamente pelas aparências as mais sedutoras nos horrores da discórdia civil e guerras intestinas o maior de todos os males com os quais a Divina Justiça pode castigar as nossas maldades. É bem notário o que se passa em a província dalém do Rio Douro, e é bem para

³⁶ *Op. cit.*, Livro IV, pp. 265-266.

temer que a peste daqueles viciados procederem venha contaminar os povos da outra margem do Rio, e nestas circunstâncias e arriscada crise, que nós em virtude do nosso pastoral ministério e por efeito do amor que vos consagramos, e do interesse que incessantemente nos acompanha pela vossa quietação temporal e felicidade eterna que no dia de hoje nós vos rogamos por tudo quanto há de mais sagrado, queirais estar prevenidos e acautelados, e como alerta para não vos deixardes sucumbir e arrastar pelas manhosas sugestões dos inimigos da ordem e do socego publico para vos envolverem nos horrores e males incalculáveis da guerra civil a que ficamos expostos se por desgraça nos deixamos sucumbir aos insidiosos princípios de que se valem para chegarem aos seus fins». E recorda os princípios do «respeito às autoridades que regem o Estado, a obediência franca e sincera às leis estabelecidas e a mais firme concordância com a lei fundamental da Monarquia que temos adoptado e jurado observar», e a «harmonia, fraternidade e mútua caridade quais convêm aos cidadãos entre si ligados com a mesma fé cristã, com a mesma moral, e com as mesmas relações de vizinhança e comunhão política», princípios que estão conformes não só às Escrituras mas também à Portaria do Governo do dia 3 desse mês e à proclamação d'El Rei D. João VI.

A 30 de Abril porém é de novo o Governador do Bispado, Manuel Joaquim de Lima Oliveira e Couto que dá a conhecer aos Arciprestes uma carta régia para que os párocos passem certidões de baptismos, casamentos e óbitos independentemente de ordem ou despacho. E a 2 de Junho, o mesmo Governador manda rezar *Te Deum* pelo regresso do Bispo à sua diocese. E a 4 de Julho comunica a Lei remetida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça ao Bispo da Diocese, proibindo «as sociedades secretas de pedreiros-livres, carbonários, comuneros ou quaisquer outras associações de qualquer natureza». E continua a assinar como Governador do Bispado até ao dia 27 de Agosto de 1823.

A 18 de Setembro, o Dr. Manuel Farinha Beirão aparece já de novo como Examinador sinodal e Provisor do bispado, anunciando, em nome do Bispo, a morte do Papa Pio VII, comunicada por El Rei, continuando nessa qualidade a fazer circular os vários Avisos Régios provenientes da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça.

D. Bernardo Beltrão, ao regressar à diocese, dava conta aos diocesanos do que passara: «Separado do nosso amado rebanho e conduzido a uma afastada solidão aonde respeitando sempre os decretos da Divina Providência assistíamos na amargura e aflicção

lembrando-nos das estreitas obrigações que o nosso ministério nos havia incumbido, tendo sempre presente ao nosso espírito a porção do rebanho do Senhor cometido ao nosso cuidado, representando-se à nossa imaginação que as ovelhas seriam umas sacrificadas pelas feras que as cercavam e outras arrastadas à sua última ruína por aqueles mesmos que deviam apascentá-las com o verdadeiro pasto espiritual, o nosso espírito se angustiava sobremaneira lembrado da sentença do profeta, excitada pelo divino mestre: que ferido o pastor o rebanho se dispersou. Mas como são incompreensíveis os decretos da divina Providência! Quando nós observávamos a dissolução nos lugares santos, quando lamentávamos ao Nosso Augusto Soberano sem liberdade e como preso no seu espírito e coração, e quando com espanto observamos todo o horizonte português coberto de aflições e lágrimas; e quando por último se nos apresentava muito distante e quase impossível de alcançar a nossa geral ventura; de repente, e como por encanto, as nuvens se dissipam, a serenidade apareceu, e do alto se houve a mais sonora e consoladora voz, que diz: Viva a Religião Santa, Viva o Rei! Viva a Nação Portuguesa! E então a Santa Religião resplandece com as suas cândidas vestiduras, a Magestade Real reassume as Augustas funções e prerrogativas inerentes à soberania do Trono e os portugueses nadando em presença e coroados de glória, se esmeram em competência a cortar os infames grilhões com que a Pátria se achava manietada e então é que a beneficência de um rei justo e do Exército livre dos atributos da realeza...»³⁷.

A 10 de Outubro de 1825, renovava aos diocesanos o preceito da abstinência de carne, e a 17 recordava a proibição de casamentos a menores de 25 anos sem consentimento dos pais. E a 1 de Novembro de 1825 publica uma importante e longa pastoral sobre o traje dos eclesiásticos, a quem recomenda modéstia e dignidade conformes com a sua condição.

A 18 de Março de 1826 é anunciada a morte de D. João VI, ocorrida uma semana antes, solicitando sufrágios. E de seguida é participada a disposição que manda dizer na coleta da missa «Regem nostrum Petrum».

No dia 20 de Julho de 1826 é comunicada a Proclamação enviada pela Regência da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV, recomendando-se obediência e fidelidade ao soberano.

³⁷ Manuscrito de *Pastoraes de 1815 athe 1838* da freguesia de Freixedas, p. 101 e ss.

E aos párocos se pede que alertem os seus fregueses para a necessidade de serem «cautelosos e vigilantes para não se deixarem ilauiar dos insidiosos discursos de certa qualidade de indivíduos, os quais forjando a seu modo sistemas políticos inculcando-se como mestres são uns verdadeiros impostores, profectas de mau agouro, que tomando em sua boca o bem público, como único objecto de seus discursos eles só têm em vista o seu particular interesse, na total subversão da Monarquia».

E depois de uma extensa pastoral sobre o Jubileu do Ano Santo, a 8 de Julho de 1826, divulga-se em 8 de Março de 1827 um Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em que se manda aos párocos explicarem aos fregueses os artigos da carta, «a sua conformidade com os sagrados princípios de nossa santa religião e a obrigação que todos temos de obedecer-lhe». Manuel Faria Beirão recorda que «sendo da minha competência como Governador do Bispado, na ausência de Sua Excelência, executar as regras determinadas que em substância deixo expendidas, mando a todos os Rev. Párocos e Arciprestes, que fiel e espontaneamente cumpram as mesmas».

D. Bernardo Beltrão morre a 19 de Julho de 1828, sendo então nomeado Vigário pró-capitular o P. Manuel Farinha Beirão a 27 de Agosto desse ano, enquanto Pinhel fosse «sede vacante».

4. Vacatura do bispado durante o reinado de D.Miguel

Governador do Bispado e Vigário Pró-Capitular continuou o P. Farinha Beirão até à nomeação do último bispo por D. Miguel em 1832.

Em Setembro de 1828 é ele que se apresenta aos diocesanos «constituído provisoriamente Governador eclesiástico desta diocese durante a vacância da sede apostólica verificada pelo falecimento do Nosso Ex.^{ma} Prelado», solicitando que todos cumpram os seus deveres, «como cristãos e como cidadãos». Recorda o prelado «virtuoso e sábio» que perdeu a diocese, e cuja alma pede para ser sufragada, de acordo com as constituições do Bispado de Lamego.

E poucos dias depois é ele próprio que anuncia o pedido de D. Miguel aos seus vassallos para subscreverem com donativos voluntários em benefício do tesouro régio, incapaz de fazer face às despesas extraordinárias «a que deu causa a rebelião militar verifi-

cada na cidade do Porto e em outras partes da Monarquia». Recorda o «acrisolado patriotismo» do clero para responderem ao «régio convite» do que considera «Rei poderoso, justo, sábio, e forte», «contra os repetidos ataques da impiedade», e solicita o envio dos donativos para a Câmara do Bispado.

A 26 de Janeiro de 1829 o Dr. Manuel Farinha Beirão dá a conhecer o ofício que recebera do Coronel Comandante dos Voluntários Reais da Guarda: «persuadido dos honrados sentimentos» do Vigário Capitular do Bispado de Pinhel, e dos «desejos que sempre tem demonstrado de prestar serviços à causa da legitimidade do nosso Rei e Senhor Natural D. Miguel Primeiro», pede-lhe para dizer aos párocos para avisarem os seus fregueses das «vantagens e privilégios» em se alistarem no Corpo Realista para a «manutenção do público socego, conservação da Santa Religião dos nossos pais e esplendor do trono del Rei Nosso Senhor D. Miguel Primeiro», e que façam uma «relação circunstanciada das pessoas que na freguesia estão nas circunstâncias de serem aceites neste Corpo». Dá então o Vigário Capitular ordens para os párocos lerem em três domingos consecutivos nas missas esse apelo e para persuadirem os fregueses a alistarem-se no Corpo de Voluntários, lembrando-lhes «as obrigações que todo o vassalo fiel tem de cooperar com tudo o que estava ao seu alcance para a grande obra que Sua Magestade El-Rei Nosso Senhor se propõe, qual é a defesa de nossa Santa Religião, a conservação das leis primordiais da Monarquia que sete séculos tem feito a felicidade dos portugueses, a firmeza do trono na Augusta Pessoa de Sua Magestade e de seus legítimos descendentes, e a grandeza e glória da Nação; objectos sumamente caros a todos os que são ainda verdadeiros e não degenerados portugueses, mas que uma facção desorganizadora, ímpia, sacrílega e imoral por tantas vezes nos tem querido ainda guerrear, roubar, como com grande mágoa todos têm presenciado».

Pede por isso aos párocos que somente incluam nas listas os que tiverem de 18 a 45 anos e que «na opinião pública, sem contradição alguma, se tenham mostrado inimigos do sistema constitucional», lista que remeterão para a Câmara do Bispado.

E ao expedir aos párocos avisos provenientes da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, mandando-os cumprir, recomenda aos párocos a 15 de Março de 1829, que se «uniformem com as piedosas intenções do mesmo Augusto Senhor, o qual reconhecendo em Sua Alta Sabedoria que a instrução religiosa e evangélica é o sólido fundamento da verdadeira felicidade dos seus

vassalos se dignou recomendar em termos os mais positivos o fiel cumprimento de um dever tão sagrado», como era o de pregar a doutrina cristã³⁸.

A 8 de Junho de 1832, num ofício em que dava conta do aparecimento da «cólera morbus», recomendava preces «que o nosso Ex.^{mo} Prelado Ex.^{mo} Senhor D. Leonardo Brandão compôs para implorarmos a divina protecção de Maria Santíssima em nosso favor³⁹, e termina com um voto para que Deus restituia a paz ao Reino atribulado e defenda a «preciosa vida» do Rei D. Miguel e sustente a Santa Religião.

De facto, fora nomeado Bispo de Pinhel por D. Miguel, a 7 de Janeiro de 1832, D. Leonardo de Sousa Brandão, que seria confirmado a 17 de Dezembro desse ano, pela Bula *Apostulatus Oficio* de Gregório XVI⁴⁰, e receberia a sagração a 10 de Fevereiro de 1833.

5. O último Bispo e o cisma

D. Leonardo de Sousa Brandão nasceu a 12 de Outubro de 1767, na casa da Tulha, lugar de Sobral, na freguesia da Várzea, no concelho de Arouca. Fora membro da Congregação do Oratório, para onde entrara em Braga, na casa de Nossa Senhora da Assunção. Estando em Lisboa, na Casa do Espírito Santo, tornou-se confessor da rainha D. Carlota Joaquina e da infanta D. Maria da Assunção. Já antes havia recusado um bispado no ultramar em 1824.

D. Pedro declarara por decreto vaga a diocese de Pinhel, a 5 de Agosto de 1833. Na primavera de 1834, D. Leonardo Brandão teve que fugir, nunca mais voltando à diocese. Refugiou-se na sua terra natal, e nos concelhos limítrofes de Cambra e Paiva, por onde vagueou de casa em casa, chegando a ordenar padres enquanto fugido. Consta que recebera do Governo liberal proposta de pensão para manter a decência da sua posição, na condição porém de resignar, o que sempre recusou⁴¹. Adoecendo em casa de seu irmão, Dâmaso de Sousa Brandão, sem poder receber cuidados médicos, com receio de ser descoberto o seu paradeiro, veio a falecer a 19 de Abril de 1838, sendo enterrado de noite no dia seguinte.

³⁸ *Man. cit.*, pp. 146v-147.

³⁹ *Ibidem*, p. 148.

⁴⁰ ILÍDIO DE SOUSA MARTA, *Pinhel-Falcão*, p. 25.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 23-24.

Com a saída do bispo D. Leonardo Brandão, foi nomeado Governador do Bispado, por decreto de 14 de Maio de 1834⁴², D. José Manuel de Lemos, professor de Teologia em Coimbra. Mas pouco mais de um ano depois abandonou essas funções por motivos de saúde, tendo regressado a Coimbra, vindo a ser Vigário capitular de Bragança, em 1853, e de Viseu, no mesmo ano, acabando por ser transferido mais tarde para Coimbra de novo.

Foi ele que a 14 de Abril de 1835 determinou que «nas Igrejas Paroquiais onde não houver rendimento suficiente aplicado à despesa da fábrica seja suprido o que faltar pelas Confrarias e Irmandades debaixo da competente autoridade administrativa; aonde não houver aquelas Corporações fique a sobredita despesa a cargo dos cidadãos da respectiva freguesia».

A 28 de Fevereiro de 1838 era «Governador temporal e Vigário Capitular», o P. José António Guedes dos Prazeres, que nessa qualidade se dirigiu aos diocesanos sobre a quaresma⁴³.

Mas a 30 de Junho desse mesmo ano era já Governador do Bispado e Vigário Capitular o P. Manuel António de Figueiredo que, em carta pastoral se refere aos «perniciosos cismas religiosos e políticos para dividir a família portuguesa em um tempo em que (com mágoa o dizemos) astuciosos obreiros pseudo-profetas clandestinamente trabalham por introduzir no campo da Igreja a divisão e discórdia, e plantar nela a sizânia dos escrúpulos; e em que no respeitável sacerdócio do Salvador há enganados e enganadores que, com as suas perniciosas doutrinas podem perturbar as consciências dos tímidos e afectar a Casa de Cristo em um tempo em que a maior parte dos homens, seguindo cegamente o impulso da mão traiçoeira que os dirige, e o movimento das suas paixões e caprichos, extinguiram da lembrança o temor de Deus e das leis, baniram de seus corações (...) e a ideia da vida futura e se tornaram insensíveis à sua própria destruição e ruína, aos infortúnios dos seus semelhantes, para se votarem à prática de todos os excessos e crimes»⁴⁴.

O mesmo P. Manuel António de Figueiredo em nova pastoral de 19 de Dezembro de 1838, volta a referir-se ao cisma, à «desgraçada

⁴² *Op. cit.*, p. 26.

⁴³ FORTUNATO DE ALMEIDA refere uma pastoral a 10 de Janeiro.

⁴⁴ Manuscrito «Contem este livro o seguinte. Inventário da igreja feito em 1815. E outro em 1828. O resto serve a Pastoraes e outros papeis que devam ser escriptos para memoria do seo contheudo, athe o anno 1866. 1845 Aguiar, da freguesia de Freixedas, pp. 9-10.

e lamentável experiência, de que no corpo eclesiástico (embora sejam poucos) há entrado o espírito do erro, e se alimentam escrúpulos de jurisdição», para prevenir os diocesanos «contra as erróneas, absurdas, e subversivas doutrinas que, nestes infelizes tempos, apóstolos sem missão e sem nome têm espalhado entre o clero e fieis de algumas dioceses, e acautelar-vos, e ao rebanho que nos está confiado, da sizânia que, clandestinamente e amiúde, procuram introduzir e fazer crescer entre vós, de que é ilegítima a jurisdição e autoridade dos Vigários Capitulares, e por conseguinte a de todos os ministros da Igreja, ordenados, providos, habilitados por eles, e nulos em consequência todos os sacramentos administrados pelos mesmos; chegando a tal ponto a sua imoralidade, que não duvidam de chamar de concubinatos incestuosos a todos os matrimónios celebrados com dispensas legitimamente concedidas pelos mesmos Vigários Capitulares; tudo a fim de inquietar e perturbar a tímida consciência dos ignorantes e pusilânimes, com o malvado intuito de acenderem o mal extinto facho da discórdia e guerra civil, cujos funestos efeitos, infelizmente, ainda estamos sentindo, cobrindo-se hipocritamente os intrigantes com o manto sagrado da Religião, que tanto profanam e desacreditam».

Ora, argumenta ele, «todo o bispo (...) que é rebelde ao legítimo soberano ou comete qualquer crime de lesa Majestade, deixa de ser bispo», como o decidiu o 16.º Concílio de Toledo em 693. E recorda o que se passou nos tempos da ruptura de Henrique IV de França com Clemente VIII, na de D. João IV, na de D. João V (1728) e na de D. José (1760), para justificar que se segue a tradição. Da mesma maneira contesta os «falsos apóstolos», «imbuídos sem dúvida nas novas e absurdas máximas, que na disciplina eclesiástica introduziram as falsas decretais de Izidoro Mercador, e mais ainda nas injustas e odiosas pretensões da Cúria Romana, depois de Gregório VII, Bonifácio VII, e Clemente VI, seguem a errónea doutrina dos ultramontanos, que acreditam, por interesse, e fazem acreditar aos simples, e néscios, que o Bispo de Roma, sucessor de S. Pedro, tem jurisdição ordinária em todo o mundo, quando os venerandos trezentos e dezoito bispos que assistiram ao Sagrado Concílio de Niceia, no canon 6.º a declaram limitada a certos territórios do Ocidente, em que nunca entraram as Igrejas de Espanha e Lusitana, que segundo o Direito Comum se governaram sempre sobre decretos seus metropolitanos e concílios provinciais; e pretendem enfim estes falsos apóstolos, transtornando o Evangelho de Cristo, que o Bispo de Roma, o Sumo Pontífice, qual Monarca abso-

luto universal domina sobre todos os Reis da terra. Como se Jesus Cristo, fundador da Santa Igreja, não tivesse marcado no Evangelho a verdadeira divisão entre o Sacerdócio e o Império; isto é, entre o poder espiritual e o temporal».

Defende por isso as regalias da Coroa, inerentes ao seu dever de proteger a religião e defender os cânones e a disciplina da Igreja, de prover as Igrejas de pastores.

Acusa ainda os denunciadores do cisma por defenderem «que não convém comunicar *in divinis* com os Vigários Capitulares, porque são intrusos e cismáticos, não têm jurisdição legítima; porque foram postos pelo poder secular!!!». Argumenta que foram os «bispos traidores», «cúmplices do crime de rebelião», que se recusaram a reconhecer a Rainha e a obedecer ao seu governo, que «abandonaram o rebanho que deviam guardar». E que foi a mesma Rainha, mais por piedade que por prerrogativa da Coroa, que nomeou «para os Bispados abandonados Governadores temporais», ordenando aos cabidos que procedessem à nomeação de Vigários capitulares e lhes conferissem jurisdição, insinuando que era do seu agrado que esses Vigários Capitulares fossem os governadores temporais por si nomeados.

Sustenta que os Bispos foragidos «tinham perdido as suas Sés» e que, pelo crime de rebelião, «deviam ser expulsos e punidos civilmente». «E não recorram como ordinariamente costumam os intrigantes anarquistas, ao trivial subterfúgio de dizerem que os Bispos, antes de se retirarem das suas dioceses, nomearam Vigários Gerais, e lhes conferiram a jurisdição e autoridade, durante a sua ausência; porque fica já demonstrado claramente que pelo crime de rebelião, segundo a disciplina da Igreja, deixaram de ser Bispos, e por conseguinte perderam a jurisdição; e esta se devolveu então inteiramente aos Cabidos, ou aos Metropolitans, aonde não havia aqueles: e aqui não atendo já os Bispos àquele tempo não podiam legitimamente conferidos, porquanto ninguém dá o que não tem; e menos podiam exercê-la os Vigários Gerais, por eles assim nomeados; por isso que tinha exonerado a Autoridade, que os havia nomeado».

Os «Bispos rebeldes» não teriam pois nem autoridade nem jurisdição, e ao ausentar-se essa jurisdição passava ao Cabido, por vacância da Sé. Por isso eram legítimos os Vigários Capitulares por si nomeados, e não cismáticos, e «válidas e lícitas» as dispensas matrimoniais por si concedidas. E são «írritos e sem efeito todos os Breves, Bullas e Graças Apostólicas, concedidas pela Cúria de Roma, ou seus delegados, no Reino de Portugal e seus domínios, sem o Régio Beneplácito».

A 21 de Junho de 1839, o mesmo Vigário Capitular ordena aos párocos «que não admitam nem consintam que nenhum sacerdote, tanto natural como de fora do bispado, qualquer que seja ou tenha sido seu emprego na hierarquia eclesiástica, celebre, confesse, e pregue, nem exerça acto algum de ordem na sua respectiva Igreja, capelas ou oratórios, estabelecidos dentro dos limites da sua freguesia, sem que primeiro lhe apresente licença por escrito desta jurisdição».

6. Fim do cisma mas manutenção dos Vigários Gerais

Resolvido o cisma, pelo acordo de 1841⁴⁵, nem por isso se passou à nomeação de novos bispos para Pinhel, optando-se pela nomeação de Vigários Gerais para a diocese.

A 27 de Setembro de 1844, o Arcebispo de Braga, na qualidade de administrador da diocese, comunica que recebera a 10 de Agosto o pedido de renúncia do P. Manuel António de Figueiredo à jurisdição espiritual que lhe havia sido conferida, e que, por isso a delega e comete agora ao P. José Freire Falcão, para governar a diocese de Pinhel. O Dr. José Freire Falcão de Mendonça, era natural de Castelo Rodrigo, e fora frade cisterciense. Bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra, fora reitor da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Vilar Torpim, depois reitor da Igreja de Santa Maria de Pinhel, e mais tarde comendador da ordem de Cristo e Cónego da Sé patriarcal de Lisboa, onde viria a morrer⁴⁶.

A 4 de Outubro dirigia aos párocos uma portaria recebida do Governo, para a 24 do mesmo mês se dirigir aos diocesanos agradecendo o bom acolhimento da sua nomeação, e solicitando a todos a obediência a Sua Majestade e ao Governo representativo «que felizmente nos rege». E a 23 do mesmo mês já nomeava Arcipreste de Alverca da Beira o P. Manuel Freire dos Santos, abade de Cerejo.

Em carta pastoral de 28 de Janeiro de 1845 dispensa da proibição do uso do unto e da manteiga nos dias de jejum e abstinência de carne, e a 19 de Dezembro comunica o Decreto de Gregório XVI

⁴⁵ Cf. MANUEL BRAGA DA CRUZ, «As relações entre a Igreja e o Estado Liberal: do “cisma” à Concordata (1832-1848)», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º vol., pp. 223-235.

⁴⁶ ILÍDIO MARTA, *op. cit.*, p. 27.

que dispensa os párocos mais pobres de aplicar as missas *pro populo* nos dias festivos suprimidos, por dez anos.

A 9 de Maio de 1849 envia circular aos párocos comunicando a saída forçada de Roma do Papa Pio IX, e solicita subsídios para a sua sustentação, a entregar à comissão nacional para esse efeito constituída, e presidida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa.

Em finais desse ano de 1849 respondia à Encíclica de Pio IX, enviada de Gaeta a 2 de Fevereiro de 1849, pronunciando-se a favor da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, que viria a ocorrer a 8 de Dezembro de 1854, e que comunica em Pastoral aos diocesanos em 19 de Maio de 1855⁴⁷.

Aos 28 de Fevereiro de 1850, adverte por circular todos os párocos para que obedeçam à disciplina eclesiástica e às autoridades quer temporais quer espirituais, apesar dos seus defeitos, «porque alguns deles ainda não satisfazem ao cabal cumprimento desta virtude, e arrogam a si poderes que não têm»⁴⁸. Para «se evitar a confusão de poderes e se conservar a paz e a harmonia na mesma Igreja e na sociedade», recorda a proibição das Constituições do Bispado de Lamego, e das de Viseu, de «pessoa alguma, por douta que seja e de santa vida, pregue no bispado sem licença do Ordinário, ou do seu Provizor», sob pena da suspensão da paróquia-lidade, por o fazerem ou consentirem. Intima-os ainda a fazerem o rol dos fregueses e a registá-lo na Câmara eclesiástica «depois que aqueles tenham satisfeito aos preceitos decadregesimais», a registarem os assentos de baptismo, casamento e óbito, que por vezes esquecem por negligência, a não fazerem casamentos sem papeis em ordem, que não extraíam certidões sem despacho, e a não demorarem a responder às inquirições e quesitos de dispensa da jurisdição eclesiástica».

A 10 de Fevereiro de 1851 dá instruções aos párocos sobre a nova liturgia da festa da Imaculada Conceição, e a 21 de Março de 1851 advertia de novo os párocos para não procederem ao casamento de menores sem as devidas licenças. E em Junho de 1854 comunica a abertura do Ano Santo, que não pudera fazer-se anteriormente pelos acontecimentos ocorridos em Roma, e como se poderão obter as indulgências do Jubileu, designando em Pinhel as Igrejas de Santa Maria, do Convento das Freiras e a da Misericórdia, para as visitas do jubileu, a par das outras nas paróquias.

⁴⁷ In FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, Livro IV, pp. 269-270.

⁴⁸ *Man. cit.*, p. 30.

Ao P. José Freire Falcão de Mendonça, sucedeu como Vigário Geral e Governador do Bispado, a 12 de Setembro de 1857, o Dr. António dos Santos Leal, abade de S. Martinho de Guinchães, na diocese de Braga, de cujo Tribunal do Censo era presidente, e desembargador da Relação Eclesiástica de Braga. Mas foi substituído, por razões de saúde, três anos depois pelo P. Manuel Paulo da Silva Cabral, pároco de Bouça-Cova e Arcipreste de Alverca da Beira, por sua vez também logo substituído pelo P. João José Vaz, abade de Gatão e desembargador da Relação Eclesiástica de Braga, nomeado a 8 de Junho de 1860, funções que desempenhou durante seis anos até Janeiro de 1866.

O P. João José Vaz enviou uma pastoral em 31 de Agosto de 1861 exortando os párocos a combater o trabalho servil em dias santificados, e pouco depois distribui aos párocos uma Pastoral do Arcebispo de Braga em que este denuncia «alguns eclesiásticos de costumes relaxados» que frequentam «reuniões nocturnas», «por ocasião das descascas dos milhos e preparação dos linhos, apresentando-se em trajes impróprios e indecentes, e até mascarados, tomando parte nesses licenciosos folguedos, danças e descantes, em contacto com pessoas de sexo diferente, que cobertas com as sombras da noite, se entregam a solturas e liberdades, que a honestidade condena, e a religião e a moral altamente fulminam». E recomenda o maior cuidado na redacção dos assentos de baptismo, casamento e óbito.

A 12 de Maio de 1864, comunica uma provisão do Arcebispo que proíbe o baptismo por imersão, cuja prática vigorava na diocese, «em observância de suas constituições», com base nos «gravíssimos e naturais inconvenientes desta prática», e o substitui pelo baptismo por infusão.

A 18 de Novembro de 1864 insiste, em nova pastoral, na correcção de alguns negligências e hábitos do clero. E a 28 de Novembro proíbe a missa do galo na Natal, por «abusos e escândalos». E a 13 de Janeiro de 1865 comunicava o indulto de carne para a Quaresma. E um mês depois, a 12 de Fevereiro, convidava a receber as «graças e indulgências da Bulla da Cruzada» por esmolas. E a 31 de Agosto de 1865 anuncia o Jubileu instituído pelo Papa Pio IX no décimo aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição. E a 16 de Dezembro de 1865 comunica nova provisão do Arcebispo de Braga sobre a Bula da Cruzada.

A 1 de Fevereiro de 1866 foi substituído o P. João José Vaz pelo Dr. João de Vasconcelos de Carvalho e Melo, pároco de Santa Cristina de Figueiró, a quem sucedeu em 30 de Junho de 1871 o Dr.

Manuel José de Oliveira Guimarães que, ausente passados dois anos, foi substituído pelo P. António Bernardino Ferreira Cardoso, abade de Nossa Senhora da Alagoa, até à nomeação do seu substituto, o Dr. António Mendes Belo, a 22 de Setembro de 1874, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa, que teve como substituto para os seus impedimentos o P. António Bernardino Ferreira Cardoso, abade de Algodres. O último Vigário Geral e governador do Bispado seria o P. João António Caldeira de Araújo, antigo professor do Seminário de Pinhel (tal como D. António Mendes Belo) e abade de Nossa Senhora da Assunção da Atalaia ⁴⁹.

7. A extinção da diocese

A não nomeação de sucessor para D. Leonardo Brandão, e o recurso sucessivo a Governadores de Bispado explica-se pela disposição dos liberais de reduzirem o número de dioceses no país, fazendo-as coincidir com as províncias do Reino, logo expressa em Setembro de 1833 pela junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens religiosas. Porém, só em 1882 se irá proceder nesse sentido.

A redução e fusão de dioceses era ideia recorrente em programas de governo liberais. E por isso se não faziam nomeações episcopais para as dioceses que a tais fusões se destinavam, como era o caso de Pinhel. Invocava-se, como o fizera José Luciano de Castro em 1869, a «escassez dos recursos do tesouro», «o aumento dos meios de comunicação», as «conveniências do ensino e do esplendor e decoro do episcopado» ⁵⁰.

Em 1876 foi mesmo o governo autorizado a mudar as circunscrições das dioceses e as suas sedes, e a reduzi-las. Mas só em 1882, Leão XIII corresponde a esse desiderato com a *Bulla Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gobernandi munus*, de 30 de Setembro, tendo sido encarregado da sua execução o Cardeal D. Américo. A aprovação régia da proposta do bispo do Porto ocorreu a 14 de Setembro de 1882, sendo extintas as cinco dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, e ficando o total de dioceses reduzido a 12.

⁴⁹ FORTUNATO DE ALMEIDA, *op. cit.*, Livro IV, p. 270.

⁵⁰ *Ibidem*, Livro IV, Parte I, p. 23.

A diocese de Pinhel foi assim incorporada na diocese da Guarda, que passou a ser a terceira maior do país em paróquias (357) e a quinta em número de paroquianos (287.771).

Durara pouco mais de um século a diocese pombalina de Pinhel, criada com desígnios mais políticos do que pastorais, e suprimida também mais por motivos políticos que eclesiais. A sua vida atribulada foi atravessada pelas maiores convulsões civis e eclesiásticas do dealbar da modernidade em Portugal, designadamente as guerras peninsulares, a instauração do liberalismo, a guerra civil, e o cisma religioso, para já não falar das revoltas políticas e sociais dos primeiros tempos do liberalismo.

MANUEL BRAGA DA CRUZ